

PROJETO POLÊMICO

Audiência pública aprofunda embate sobre licença para complexo no cartão-postal, mas Semad segue irredutível. "Parecer foi técnico", diz secretária, sob críticas e protestos

Estado finca pé na defesa de nova mina na Serra do Curral

BERNARDO ESTILIC e MARILIA WELNICK

Mais um capítulo da disputa sobre a mineração na Serra do Curral foi escrito ontem. Mas, mesmo sob uma saravada de críticas e protestos, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad) não arredou o pé e, assim como a empresa que conta com seu aval formal, seguiu defendendo a instalação de novo empreendimento no maciço. Uma audiência pública na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) reuniu parlamentares, ambientalistas, representantes do governo de Romeu Zema (Novo) e da Taquari Mineração SA (Tamisa) para discutir a autorização de instalação de empreendimento mineroário na face de Nova Lima da serra, cartão-postal da capital.

Durante a audiência, a secretária de Estado de Meio Ambiente, Marília Carvalho de Melo, seguiu reforçando a argumentação de que a aprovação do projeto da Tamisa no Copam foi feita seguindo os ritos legais e parâmetros estritamente técnicos. Em entrevista ao fim da sessão, ela reiterou que o conselho que aprovou o parecer técnico elaborado pela secretária conta com participação da sociedade civil, por maioria dos votos. "Esse parecer técnico foi feito objetivamente observando todos os critérios técnicos e jurídicos, todas as normas ambientais vigentes. Minas Gerais é um estado onde a deliberação do licenciamento é feita num conselho de política pública, com participação da sociedade civil e também do poder público. Esse parecer foi submetido, após alguns anos de tramitação, ao conselho, onde houve uma deliberação: oito favoráveis e quatro contrários. Então hoje o processo é referendado e aprovado pelo Copam", disse.

Ao longo da audiência, a Tamisa também se mostrou convicta da viabilidade jurídica e ambiental do projeto. "Os impactos que a instalação do empreendimento no município de Belo Horizonte não afetam a Serra do Curral ainda neste ano. A licença que recebemos para a instalação da fase 1 do projeto. Existe uma licença prévia, de instalação e a última de operação. A ideia é começar este ano. Prevemos um período de 1 ano e meio a 2 anos de instalação do projeto antes de começar a operar", informou. Isso significa colocar o maquinário

pesado no local e se preparar para quando for dada a autorização para a operação.

O posicionamento irredutível em relação à decisão do Copam não foi ouvido sem protestos de entidades e parlamentares contrários ao empreendimento. Durante um momento, críticos chegaram a ficar de costas para a mesa em sinal de protesto. Durante a manhã, o presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Noraldino Júnior (PSC), concedeu ao superintendente de projetos prioritários da Semad, Rodrigo Ribas, cinco minutos para falar de cada tema proposto para discussão na audiência, totalizando 70 minutos. Convidados e representantes de entidades ambientalistas presentes na audiência chegaram a protestar uma vez que outras pessoas não tiveram o mesmo tempo para expor seus argumentos.

A audiência precisou ser suspensa diversas vezes até seguir de forma ininterrupta ao longo de toda a tarde. O clima de embate, no entanto, não se alterou. Ambientalistas criticaram, além dos riscos relacionados ao abastecimento de água da Região Metropolitana de Belo Horizonte, poluição sonora, deslocamento de poeira e tremores de terra, a argumentação de tecnicidade do processo de licenciamento.

"O termo técnico é usado para dizer que não é político, mas é político sim. (...) A crucificação de Jesus seguiu o rito legal romano e judaico, um ato jurídico perfeito, porém ilegítimo, imoral e indigno pela história. Eu conheço muita gente. Inclusive meu irmão e amigos meus, que morreram torturados dentro da lei da ditadura militar", protestou o professor, médico e ambientalista Apolo Heringer Lisboa.

AÇÃO DA PBH Pela manhã, em entrevista ao "Bom dia Minas" da Rede Globo, Marília Melo afirmou que Belo Horizonte foi o local onde o projeto foi aprovado. "A Tamisa também se mostrou convicta da viabilidade jurídica e ambiental do projeto. Os impactos que a instalação do empreendimento no município de Belo Horizonte não afetam a Serra do Curral ainda neste ano. A licença que recebemos para a instalação da fase 1 do projeto. Existe uma licença prévia, de instalação e a última de operação. A ideia é começar este ano. Prevemos um período de 1 ano e meio a 2 anos de instalação do projeto antes de começar a operar", informou. Isso significa colocar o maquinário

A secretária afirmou ainda que o tombamento da área pelo patrimônio federal foi considerado, já que o empreendimento "resguarda o visado da serra" em BH e tentou desconectar o licenciamento do processo em curso no Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e a mineradora Tamisa se manifestaram sobre o pedido de suspensão da licença ambiental.



Ambientalistas e outros críticos ao licenciamento do projeto da Tamisa chegaram a ficar de costas para a mesa, em sinal de protesto, durante a audiência



A secretária Marília Melo, ao lado do representante da mineradora, Leandro Amorim: sem recuo

de Belo Horizonte. Duda Salabert (PTD) e Bella Gonçalves (Psol), se manifestaram favoravelmente a CPI durante a audiência. Sobre a possibilidade de encerrar o processo na ALMG, a secretária Marília Carvalho de Melo disse que o governo está tranquilo e voltou a sublinhar que as decisões foram tomadas pelos órgãos técnicos. O consultor da Tamisa, Leandro Amorim, disse que a CPI seria uma "boa oportunidade de demonstrar a lisura do projeto".

CORO POR CPI Durante a audiência na Assembleia Legislativa, parlamentares contrários à instalação da Tamisa mencionaram diversas vezes a possibilidade de instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para averiguar possíveis irregularidades no processo de licenciamento do empreendimento. A proposta de instalação da comissão foi apresentada pela deputada Ana Paula Siqueira (Rede) e contou com 20 assinaturas, faltando apenas seis para ser aprovada. A deputada Beatriz Cerqueira (PT), além das vereadoras de

ENQUANTO ISSO... ...PV PEDE REVISÃO DA LICENÇA

O Partido Verde (PV) entrou com um pedido na Câmara Normativa e Recursal do Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam) para que seja revista a decisão que permitiu a instalação do Complexo Minerário Serra do Taquari (CMST). No documento, protocolado na quarta-feira, o partido afirma que faltou participação popular e de entidades representativas, o que é considerado etapa fundamental no procedimento de licenciamento ambiental. Além disso, o PV afirma que houve insuficiência de demonstração técnica de

viabilidade do empreendimento, que o Copam não levou em consideração o princípio de precaução nem o processo de tombamento estadual da Serra do Curral, mesmo com os alertas das equipes técnicas dos municípios de Belo Horizonte e Nova Lima sobre a extrema vulnerabilidade ambiental do local. "O que o Partido Verde pretende com essa iniciativa é permitir que um erro de julgamento possa ser corrigido. A aprovação, tal como feita, ficará marcada na história ambiental de Minas Gerais", destacou o presidente do Partido Verde, Osvalder Valadao.

Belo Horizonte Duda Salabert (PTD) e Bella Gonçalves (Psol), se manifestaram favoravelmente a CPI durante a audiência.

Sobre a possibilidade de encerrar o processo na ALMG, a secretária Marília Carvalho de Melo disse que o governo está tranquilo e voltou a sublinhar que as decisões foram tomadas pelos órgãos técnicos. O consultor da Tamisa, Leandro Amorim, disse que a CPI seria uma "boa oportunidade de demonstrar a lisura do projeto".

Duda Salabert chama Zema de "office boy" das mineradoras

BENNY COHEN, GUILHERME PEROTO e MARCIA MARIA CRUZ

Vereadora de Belo Horizonte, Duda Salabert (PTD) é crítica à postura do governador Romeu Zema (Novo) diante do processo que culminou no aval a empreendimento mineroário na Serra do Curral. Para a parlamentar, o governador mineiro atua como "office boy" das mineradoras. Na quarta-feira, a Secretária de Estado de Meio Ambiente (Semad) publicou a licença prévia concedida à Taquari Mineração SA (Tamisa) para preparar a exploração de uma área da serra.

"A gente sabe que Zema representa o poder das mineradoras. Esse é o papel dele. Ele é um office boy das mineradoras. Questionamos, tem que ser demitido como office boy, mas o papel dele", disse Duda ao vídeo-cast "EM Entrevista", do Estado de Minas e do Portal Cai.

Desde que o Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam) aprovou o pleito da Tamisa, no sábado, surgiram ações judiciais questionando os impactos da mineração nas famosas montanhas. A Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), por exemplo, listou, à Justiça Federal, possíveis prejuízos à água tratada utilizada na capital, ao ar respirado pelos cidadãos e ao sossego dos moradores do entorno - visto que os explosivos necessários para escavar o solo podem gerar ruídos e vibrações.

"A Serra do Curral é um patrimônio da biosfera, de Minas Gerais e de Belo Horizonte. Ela não é do Zema ou minha, mas nossa. Temos que discutir a Serra do Curral. Destruir um pedaço da serra é tirar um pedaço de mim, de você, da sua infância", afirmou a pedetista.

Na terça-feira, em Brasília (DF), Zema disse que o caso da

"A Serra do Curral não é do Zema ou minha, mas nossa", defende a vereadora Duda Salabert

Serra do Curral tem sido "polêmica". Segundo ele, o debate é marcado por opiniões "sem fundamentação". "Esse é um assunto técnico, lamento que esteja sendo politizado. Acho que assuntos de saúde tem que ser tratado por médicos, por quem é da área da saúde. E assuntos de meio ambiente deveriam ser tratados por pessoas dessa área", protestou. Lamento que esteja sendo causado uma repercussão por pessoas que opinam sem ter essa fundamentação", completou.

A declaração do governador foi refutada por Duda Salabert. "Dizer que só pessoas com formação acadêmica, só técnicos,



podem discutir? Esse discurso tecnocrático era muito usado na ditadura militar para negar a participação popular. A gente não aprende só na universidade; aprendemos nas ruas".

KALLI NO DEBATE Candidato à reeleição, Zema deve enfrentar Alexandre Kalli (PSD), ex-prefeito de BH, no pleito de outubro próximo. Para Duda Salabert, o pedetista precisa participar ativamente do debate sobre a atividade exploratória. Ela espera a participação de Kalli em um ato pró-Serra do Curral.

mente do debate sobre a atividade exploratória. Ela espera a participação de Kalli em um ato pró-Serra do Curral.

O ex-prefeito Alexandre Kalli tinha que ser mais incisivo. O chamamos para o carnaval em defesa da Serra do Curral. Estamos organizando, na quinta da semana que vem, um grande ato, inclusive com a vinda de artistas - possivelmente, devem vir Caetano Veloso, Gilberto Gil ou Milton Nascimento. Talvez algum deles venha. Que o Kalli esteja presente, como pré-candidato ao governo", pontuou.

Duda cobrou que os pré-candidatos ao governo apresentem projetos de diversificação da economia mineira a fim de diminuir a dependência da mineração. "Ele (Kalli) diz que é contra a mineração na Serra do Curral, mas falar, até pagapago fala. Tem de estar na luta, como estamos fazendo".

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Estado de Minas - Belo Horizonte/MG

Seção: Gerais **Página:** 12